

**A IMPRENSA LUSO-BRASILEIRA E A AMPLIAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA:  
1808-1823.**

Augusto Henrique Assis Resende<sup>1</sup>

Doutorando em História pela UNESP – FCLAssis

agtresende@oi.com.br

Neste texto, faço alguns apontamentos bem como reflexões concernentes ao que pretendo demonstrar por meio de pesquisas que se iniciarão ainda no corrente ano. A partir de papéis manuscritos e impressos que eram produzidos para circular em partes do Império luso-brasileiro, em período compreendido entre 1808 e 1823, busco o entendimento relativo à importância que a esfera pública começava a adquirir no mundo luso-brasileiro de então, em especial para o âmbito da política.

Assim, especialmente me voltarei para locais de considerável importância para o Império luso-brasileiro, a saber: Rio de Janeiro, Salvador e Lisboa, além de também privilegiar uma pequena parte do que se produzia em Londres. A escolha das três primeiras cidades se deve à relevância política, econômica e social que elas tinham dentro do Império, posto que durante os últimos três séculos, a principal concentração de poder político português esteve nelas presente (MOREL, 2005). Já a capital inglesa foi escolhida devido às relações comerciais e diplomáticas bastante estreitas entre Portugal e Inglaterra, à relevante embaixada portuguesa ali estabelecida e, precipuamente, por conta dos jornais portugueses que lá eram editados e enviados a alguns territórios lusos.

No intuito de melhor contextualização, faço um breve apanhado acerca da temática de meu doutoramento, da qual extraio um ponto para este texto (e posterior capítulo da tese), eu proponho a investigação de ambientes que continham algumas culturas políticas, às quais pertenciam grupos variados – que se articulavam em locais diversos, alternavam tentativas entre as esferas privada e pública no tocante as intenções

---

<sup>1</sup> Bolsista pela CAPES desde 05/2019.

em aumentar sua participação política e econômica em um processo em que almejavam ascensão social – nos sítios acima mencionados. Para tanto, utilizo escritos diversos com a finalidade de entender sua circularidade e alcance (social e geográfico); as intenções a eles concernentes; os interesses de alguns grupos em ampliar sua presença nos espaços públicos; e também as tentativas de ganharem a opinião pública via imprensa, com ambas – opinião e imprensa – a experimentarem crescimento relevante na América portuguesa àquele tempo.

Por meio da imprensa, algumas pessoas tinham a oportunidade de veicular não apenas notícias, mas, também, opiniões e um *catecismo* político pautado em temas recorrentes naquele momento e que, às vezes, remeteria a determinadas culturas políticas. Relativamente a estas, balizo-me pelo conceito então definido por Serge Berstein (1998) e por Rodrigo Patto Sá Motta (2009), em estudos que demonstram que as culturas políticas estão intimamente atreladas à formação do indivíduo, desde sua relação familiar à sua maturação enquanto ser social plenamente desenvolvido. Esse conceito poderia me propiciar o entendimento de algumas situações e escolhas políticas feitas por alguns indivíduos (que é de onde parte as culturas políticas em direção à coletividade) no tocante a projetos políticos que delineavam e se moldariam no recorte cronológico que a pesquisa aborda. A partir das conceituações desses estudiosos, encaminhar-me-ei no sentido de um melhor entendimento daquela sociedade e de alguns grupos envolvidos na vida pública e com a política luso-brasileira.

De um modo geral, nas fontes eu buscarei a percepção referente aos momentos de mais intensa discussão e críticas políticas, expedientes presentes no cotidiano brasileiro antes mesmo da inauguração da primeira tipografia oficial, em 1808, fosse por meio da intensa difusão de manuscritos ou pelos escritos variados que chegavam aos portos luso americanos; sendo que, não obstante, o mais certo é que os debates políticos foram intensificados entre 1817 e 1823 em decorrência de momentos de efervescência político-social tanto no lado americano quanto no europeu do império. Tendo-se em conta que a imprensa produzida na nova corte se inseria em um ambiente que já conhecia a propagação de escritos diversos, como livros, panfletos, folhetos e pasquins há bastante tempo. Então, o que é mais relevante com este texto é dizer que eu busco visualizar e entender os interesses por detrás de alguns dos jornais que circulavam pelo

império, jornais que buscavam aumentar entre a população uma possibilidade de maior difusão de conteúdo político, isto é, aqueles periodistas acabavam por estimular uma ampliação nos espaços públicos daquela sociedade, a qual se achava em transição política e social.

A pesquisa se dará a partir de vestígios deixados por indivíduos ligados à vida pública e voltada à política nesse período peculiar da história luso-brasileira, momento em que interesses políticos diversos poderiam ter suscitado embates de grupos portadores de culturas políticas, com um considerável alargamento dos espaços públicos e com um aumento substancial da opinião e da crítica. Visto que quando grupos são formados há uma grande coesão entre seus membros, de maneira que a adesão a uma cultura política é profunda e bastante interiorizada. Então, esse conceito que ora utilizo pode vir a sintetizar ideias e práticas de um momento histórico deveras relevante, de maneira que funcionaria como um código formalizado no interior de um partido, família ou de uma tradição política, esse tipo de código estaria presente em atos e pensamentos políticos que seriam compartilhados por indivíduos de uma coletividade (DUTRA, 2000).

Assim, grupos distintos e com concepções diversas (opostas ou não) acerca de entendimentos político-sociais e de leitura de mundo poderia proporcionar um maior interesse e/ou necessidade de buscar a utilização dos espaços públicos com fins políticos. É importante destacar que atualmente a historiografia brasileira – ao menos parte dela – trata a ampliação dos espaços públicos, via imprensa, como um fato que se dá somente após o advento da revolução do Porto (em 24 de agosto de 1820), mais especificamente com o decreto das Cortes Constituintes de Lisboa em extinguir a censura prévia que versava sobre os impressos, em 29 de setembro de 1820. Todavia, é igualmente relevante frisar que, fosse no Brasil ou em Portugal, anteriormente à instituição da liberdade para a imprensa luso-brasileira já havia se constituído um espaço de difusão e de debates de ideias por meio da circulação de jornais, de folhetos e de pasquins manuscritos, em uma atividade que era intensa (NEVES, 2011). Nessa linha de raciocínio, Andréa Slemian (2006) diz que apesar de a censura imposta à imprensa portuguesa, havia a circulação de muitos jornais e de folhetos pelo Brasil, em especial pelo Rio de Janeiro, antes desse mecanismo ser extinto. Além disso, outros espaços

estavam sujeitos às manifestações públicas, políticas e sociais, como era o caso do Teatro de São João, do Rio de Janeiro, a partir de 1813, “palco onde se desenrolaram os momentos mais decisivos da vida política joanina no Brasil” (MALERBA, 2000, p. 96-97), um local que se tornava uma via de expressão de vontades coletivas distintas, bem como um espaço de hibridismo que comportava manifestações de soberania monárquica e de soberania nacional (MOREL, 2005).

É digno de nota acrescer que a despeito das muitas proibições e restrições da coroa portuguesa acerca do tipo de material escrito que poderia circular pelas colônias da América portuguesa, as conjurações Mineira e Baiana demonstram o quanto o contrabando de ideias foi intenso não obstante os obstáculos oficiais impostos pela coroa. Em ambos os movimentos, os membros tiveram acesso a escritos da ilustração francesa: além desta, os mineiros tiveram ainda inspiração nos movimentos que levaram à independência das treze colônias inglesas da América do Norte;<sup>2</sup> enquanto que os baianos foram influenciados por leituras francesas mais liberais, cujo teor era considerado subversivo. Todavia é importante deixar claro que mesmo que algumas ideias relativas à Ilustração chegassem à América portuguesa desde o século XVIII, é perceptível a partir de Morel (2007) que houve por aqui uma filtragem dessas “novas idéias” por meio do Reformismo Ilustrado português, mas, também, que a leitura da elite em torno do período da Independência era selecionada a partir de traços da restauração francesa.

Mas sobre o período que o texto abarca, nota-se que mesmo em grande atraso relativamente a quase todo o continente, o estabelecimento da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, proporcionou o nascimento de uma imprensa noticiosa, ativa e combativa, não apenas áulica. E que a partir de então se multiplicou indefinidamente, inclusive com

---

<sup>2</sup> Como demonstra Kenneth Maxwell (2005), os conjurados mineiros tiveram acesso a escritos diversos, inclusive iluministas, sendo que alguns deles tinham boas bibliotecas, e “mais rapidamente recebiam livros e informações do que chegavam às autoridades coloniais despachos oficiais de Lisboa” (p. 147). Tais conjurados tiveram a chance de ler e ouvir Robertson (*Histoire de l'Amérique*), a *Encyclopédie* e textos de Bielfeld, Voltaire e Condillac, bem como de Adam Smith, além de o “*Recueil de Loix Constitutive des États-Unis de l'Amérique*, publicado em Filadélfia, em 1778, e que incluía os artigos da Confederação e das constituições da Pensilvânia, Nova Jersey, Dalaware, Maryland, Virgínia, Carolinas e Massachusetts. Continham, também, os comentários à constituição, de Raynal e Mably” (p. 147); e os escritos de Raynal acerca do Brasil: *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, publicada em 1770.

a abertura de novas tipografias em outras localidades “brasileiras”.<sup>3</sup> O alvorecer e o desenvolvimento da imprensa no Rio, em 1808, ensejaram diversas alterações no cotidiano da Corte, pois com o seu aparecimento, uma miríade de relações sociais era também afetada devido ao seu alcance. Claramente foi um início de atividade impressa tardio, porém animador, visto que a demanda de impressões e de reimpressões haveria de ser alta em uma corte, especialmente na sede de um império. Afinal, aquela atividade contava com a participação de correspondentes, editores, panfletários, folhetinistas, tipógrafos, censores, leitores (SCHIAVINATTO, 2008), ou seja, havia um considerável envolvimento social ligado à Impressão Régia e aos papéis de lá saídos. Ainda houve, em dado momento, a inversão colonial de papéis quanto à propagação de escritos, transformando a Impressão Régia em uma exportadora de impressos para Portugal (MOTA, 2009).

E apesar de a *Gazeta do Rio de Janeiro* ser o primeiro jornal produzido nas possessões portuguesas na América (oficialmente), o jornal que marca o início do periodismo brasileiro é o *Correio Braziliense* (SODRÉ, 1999; MARTINS; LUCA, 2008), enquanto que muitos jornais (dos de duração efêmera aos mais persistentes) são criados sob motivação diversa à medida que o tempo avançava. Na imprensa que se fazia, especialmente a partir de 1820, havia um discurso político cuja finalidade não era exclusividade dos “intelectuais”, afinal, alguns jornais e folhetos buscavam uma relação de proximidade com a oralidade justamente a fim de cativar os leitores menos instruídos, de facilitar a leitura e melhorar seu entendimento, bem como para que a relação oralidade-impresso pudesse dar credibilidade ao escrito. Com uma linguagem de alcance mais amplo, com discurso mais acessível, em especial nos anos 1820, era costumeiro que jornais e panfletos expusessem os significados de expressões e de termos novos, ou pouco conhecidos, em sessões onde explicavam algumas situações e o

---

<sup>3</sup> Em 05/02/1811, Manuel Antônio da Silva Serva recebeu autorização para abrir uma tipografia em Salvador (SILVA, 2006, p. 155). Sobre a Impressão Régia, a gráfica que deu origem a ela foi trazida de Lisboa por Antônio de Araújo, posteriormente conde da Barca, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra, e funcionou de 1808 a 1821. Sua criação e funcionamento se deram no mesmo dia: 13/05/1808. Porém, antes de 1808 houve tentativas de se imprimir textos na América portuguesa, ainda que quase todas frustradas pela rigidez das normas de proibição da coroa (LUSTOSA, 2000). É o que diz Carlos Rizzini (1946), que cita três casos de tentativas de publicação de impressos anteriores a 1808: em 1706, em Recife; em 1746-1747, no Rio de Janeiro; e em 1807, em Vila Rica. Sendo que nas duas primeiras ocasiões, a coroa portuguesa obstou as tentativas.

vocabulário políticos (SCHIAVINATTO, 2008, p. 13; 25). Isso se dava porque o papel primordial da imprensa e de seus redatores era pensado no sentido de ensinar a população carente de instrução (LUSTOSA, 2003). Embora houvesse os periódicos cujos redatores buscassem um debate, ou diálogo, com algum outro veículo e, assim, demonstrar sua erudição.

Além disso, a coexistência entre panfletos e folhetos manuscritos com panfletos e jornais impressos se deu por certo tempo. Assim sendo, também ocorreu com a cultura oral e com a cultura letrada, contíguas em um momento em que a correlação de ambas fez aflorar um ambiente favorável à politização das ruas, com a presença de vários setores sociais na cena política, já que o

debate assim transcorrido fez com que a política ganhasse dimensões efetivamente públicas [...] ensejou a formação de uma embrionária, porém ativa, opinião pública, elevada à nova fonte de legitimidade política (BASILE, 2016, p. 89).

A presença dessas folhas manuscritas, bem como de pasquins e de cartas anônimas espalhadas por ambientes públicos como ruas, largos, praças; e cartazes afixados em portas de casas diversas ou de imóveis ligados à coroa corrobora a ideia de que a cena pública luso-brasileira já era acessível a muitos segmentos sociais e com um movimento de hibridismo político-cultural, pois contava com situações típicas de ambientes do Antigo Regime, mas também já vivenciava influências da modernidade política liberal.

O fenômeno da opinião vem sendo vinculado a uma maior participação coletiva nos cenários públicos europeus ao menos desde o fim do século XVIII, especialmente com o liberalismo a amearhar alguns espaços, cada vez maiores, devido a difusão da educação, pela grande variedade de manuscritos, mas também por conta da imprensa. Ainda no século XVIII, mas já adentrando o XIX, a América portuguesa vivia realidade bem distinta da que se passava em alguns países europeus. Por aqui, penso ser crível que por se tratar de uma colônia (mesmo que em momentos de transição), a parcela letrada da população era ainda mais diminuta que nos principais Estados da Europa, de tal sorte que pela escassez de indivíduos instruídos, como pelo descompasso cultural em relação a alguns países, ainda predominava alguns aspectos típicos do Antigo Regime, como a cultura oral/visual. Assim, a leitura em voz alta para certo número de pessoas,

feita onde quer que fosse, permaneceu como prática corrente no Brasil ainda após o estabelecimento da imprensa, em 1808. A produção e a circulação de manuscritos também perduraram mesmo após a consolidação da imprensa, além de terem continuado a influenciar na crítica política (MOREL, 2005). Então, a difusão do que era veiculado na imprensa se inseria em um meio de relações culturais em que folhetos, folhetins e oralidade existiam fazia tempo, e talvez nenhum desses meios fosse restrito a algum segmento social. A informação contida nas folhas periódicas “perpassava amplos setores da sociedade” e “não ficava estanque a um círculo de letrados”, embora naturalmente estes dominassem a leitura direta dos impressos, bem como de sua produção (MOREL, 2012, p. 25).

Assim, é possível depreender desses movimentos e daquele momento que a ampliação do espaço público luso-brasileiro independe da imprensa e de seu surgimento, em 1808, bem como de sua consolidação, a partir de 1820.<sup>4</sup> Essa expansão de vozes, gritos, gestos e da palavra escrita (fosse manuscrita ou impressa), que Marco Morel (2005) chama de *vox populi*, estava em curso irreversível na porção americana do império mesmo antes de a imprensa ter tido a censura prévia abolida pelas Cortes lisboetas, em 29 de setembro de 1820, e confirmada por Dom João VI em decreto de três de março de 1821. Malgrado se considere o debate político via impressos apenas com o fim da censura prévia, um movimento de crítica e de opinião políticas já se mostrava presente nas colônias portuguesas da América desde fins do século XVIII (VILLALTA, 2016). Destarte, a censura não haveria de ser um instrumento infalível nem mesmo ubíquo. Mais um exemplo da impossibilidade de o aparelho censor luso-brasileiro controlar com mão de ferro os papéis (lembrando das conjuras há pouco mencionadas), impressos ou manuscritos, que circulavam pelo Império pode ser visto por meio das críticas mordazes que frei Caneca fazia ao governo da Corte em seu *Tifs Pernambucano* e em período anterior ao do fim da censura prévia. Além de crítico politicamente, esse jornal exaltava os movimentos emancipatórios da América hispânica (MOTA, 2009).

---

<sup>4</sup> Ainda que por ora eu esteja resguardado apenas por parte do que a historiografia aborda, doravante buscarei entender aquele momento e as situações dali advindas com o devido suporte das fontes.

Então, percebe-se que mesmo anteriormente à extinção da censura prévia já existia um debate político no Império luso-brasileiro que prescindia dos impressos produzidos no Brasil. E tal cenário de críticas e de debate políticos não seria algo exclusivo da esfera privada, ele certamente atingia ambientes públicos. E quer fosse um debate restrito a manifestações breves, pontuais e tradicionais (como de fixação de cartazes de protesto; veiculação de pasquins) ou mais abrangentes e/ou modernos (com a circulação de jornais: *Correio Braziliense*, *Investigador Portuguez em Inglaterra*, *Gazeta do Rio de Janeiro*, etc.; de pasquins, de folhetos, de memórias), não penso que ainda seja possível sustentar a abertura de um debate político luso-brasileiro apenas com a liberdade de imprensa. Inclusive porque anteriormente ao fim da censura, livros e jornais estrangeiros circulavam por aqui, clandestinamente ou não; ou como posteriormente se vê, tanto em Portugal quanto no Brasil, a liberdade de imprensa não teve muita amplitude, sendo obstada pelas Cortes ou pela coroa em algumas oportunidades e de acordo com interesses de momento.

Contudo, esse espaço público que era permeado por características arcaicas e modernas não era ainda um espaço público propriamente típico da modernidade política liberal. E predomina o posicionamento historiográfico de que o desenvolvimento de um espaço desse tipo só pôde ter lugar no Brasil quando houve a possibilidade de debates políticos ocorrerem num ambiente público em crescimento naquela sociedade: com a imprensa “nacional”. Essa situação só teria sido possível a partir do momento em que a liberdade de imprensa vigorasse no império luso-brasileiro, a qual também tornava possível a instauração de uma opinião pública nela pautada (MOREL, 2005; MOREL; BARROS, 2003).

### **Fontes**

- *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1715 a 1833. Encontram-se digitalizadas suas edições de 1715 a 1789, e de 1810. As demais se acham microfilmadas na Hemeroteca Municipal de Lisboa. As edições do jornal tinham quatro páginas (ao menos de 1810) e eram diárias. Era um jornal produzido na oficina de Antonio Rodrigues Galhardo;

- *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, Londres, 1.º de junho de 1808 a 1.º de dezembro de 1822, editado por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça.<sup>5</sup> Suas edições continham centenas de páginas e sua periodicidade era semestral;
- *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, Londres, de julho de 1811 a fevereiro de 1819. Era subvencionado pela embaixada portuguesa em Londres a fim de combater os escritos do *Correio Braziliense*. Foi, em seu início, dirigido por Bernardo José de Abrantes e Castro e por Vicente Pedro Nolasco e Castro. Depois de 1814 foi comandado por José Liberato Freire de Carvalho e, a partir de então, teria tido maior independência (LIMA, 2006, p. 702). Foi um periódico com publicações mensais e estas continham muitas páginas;
- *Idade d'Ouro do Brazil*, Salvador, 14 de maio de 1811 a 24 de junho de 1823. Era impresso na tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva. Ao longo desse período teve como redatores Gonçalo Vicente Portela e Inácio José Macedo (SILVA, 2006), ao que se seguiu Diogo Soares da Silva de Bivar. Tinha quatro páginas e sua edição variou no tempo em que foi publicado: sendo semanal, mas também diário;
- *O Patriota. Jornal literário, político, mercantil*, Rio de Janeiro, janeiro de 1813 a dezembro de 1814, editado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Continha centenas de páginas e sua periodicidade variou, ainda que tenha sido mais usual de forma bimestral;<sup>6</sup>
- *Semanario Civico*, Salvador, editado de 1.º de março de 1821 a 19 de julho de 1823 na Tipografia da Viúva Serva, e Carvalho. A numeração das edições é contínua de ano a ano, das páginas não. Normalmente tinha quatro páginas e teve um único redator: o portuense Joaquim José da Silva Maia;
- *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822. Seus redatores eram Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Suas edições tiveram periodicidade variável e costumavam ter em torno de 14 páginas cada;

---

<sup>5</sup> De acordo com Monteiro (2013), Hipólito da Costa e José Liberato (um dos redatores do *Investigador Portuguez em Inglaterra*), eram dos melhores publicistas da imprensa emigrada portuguesa.

<sup>6</sup> Juarez Bahia (1990) classifica *O Patriota* como tendo sido a primeira revista na história brasileira.

- *Correio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, publicado de 10 de abril de 1822 a 24 de novembro de 1823. Normalmente tinha quatro páginas e com paginação continuada com o correr das edições. Seu redator era o português europeu João Soares Lisboa.
- Relatos de viagem de John Luccock, que esteve no Brasil entre 1808 e 1818. E de Auguste de Saint-Hilaire, que por aqui esteve de 1816 a 1822.<sup>7</sup>

### **Referências bibliográficas**

- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Pelo povo ao rei, o poder é dado: a linguagem constitucionalista dos panfletos manuscritos da Independência. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Orgs.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016. P. 85-102.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. P. 349-363.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. *História e culturas políticas: definições, usos, genealogias*. Varia História, Belo Horizonte: UFMG, n. 28, p. 13-28, 2000.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Introdução. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. P. 7-19.

---

<sup>7</sup> Respectivamente: LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. 6.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A vida política. In: PEDREIRA, Jorge M.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.). *O colapso do império e a revolução liberal: 1808-1834*. Volume 1. Carnaxide: Objetiva, 2013. P. 37-74.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. Nação e revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (Org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CAPES, 2007. P. 181-206.

\_\_\_\_\_. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2.<sup>a</sup> ed. 1.<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. P. 23-43.

MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009. P. 197-238.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Cultura política na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coordenador). *Crise colonial e Independência (1808-1830)*. Vol. 1 da coletânea História do Brasil nação: 1808-2010, direção de Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva e Fundación Mapfre, 2011. P. 75-113.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Livraria Kosmos, 1946.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira (Org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 25-50.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Idade d'Ouro do Brasil e as formas de sociabilidade baianas. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. P. 155-175.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.